



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1008014-19.2014.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Obrigação de Fazer / Não Fazer**  
 Requerente: **DURVAL DE JESUS GARBO**  
 Requerido: **MARTA VACIETE FERNANDES**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

O(a) autor(a) **DURVAL DE JESUS GARBO** propôs a presente ação contra o(a) ré(u) **MARTA VACIETE FERNANDES**, requerendo a antecipação dos efeitos da tutela e a procedência da ação para que seja determinado que: a) a ré faça a imediata transferência do financiamento junto ao Banco Itaucard S.A., bem como do veículo para seu nome, sob pena de pagamento de multa diária a ser fixada; b) a formalização da transferência do financiamento e o veículo para seu nome; c) que pague em dia todas as parcelas do financiamento, sob pena de não o fazendo ser arbitrada multa diária em favor do autor; d) que se a ré não conseguir fazer a transferência do veículo e do financiamento para seu nome, nem mesmo pagando corretamente o valor das parcelas do financiamento em dia, seja determinada a imediata devolução do veículo para o autor. e) requer, por fim, a condenação da ré pagamento de indenização por danos morais.

Liminar indeferida às fls. 19.

A ré, em contestação de folhas 26/32 aduz, de maneira sucinta, que quando comprou o veículo do autor pagou R\$ 5.000,00 e assumiu o pagamento das parcelas. Que regularizou o pagamento das parcelas em atraso e pagou mais de 35 parcelas do financiamento, no valor de R\$821,36. Que a ré objetiva continuar pagando o financiamento do veículo e que já pagou mais de R\$ 28.000,00 e garante que o nome do autor não mais será inserido nos órgãos de proteção ao crédito. Alega também que, ao procurar despachante para regularizar a documentação do veículo, o documento estava bloqueado. Requer sejam julgados improcedentes os pedidos contidos na inicial.

Réplica de folhas 47/54.

Passo ao julgamento.


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**4ª VARA CÍVEL**
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

A prova documental é a única pertinente, sendo que já foi produzida pelas partes, nos termos do artigo 396 do Código de Processo Civil.

O "contrato de gaveta", não obstante a ausência de intervenção do agente financeiro, é válido e produz efeitos jurídicos, gera obrigações entre as partes contratantes. Em contrato de financiamento com garantia fiduciária, o devedor fiduciário só se torna proprietário do bem depois de pagar integralmente a dívida. Antes, não lhe é permitido aliená-lo e quaisquer contratos com terceiros são ineficazes perante a credora fiduciante.

O contrato juntado aos autos às fls. 12 não prevê nada além da assunção, pela compradora-ré, da inteira responsabilidade sobre o veículo a partir da data de 17/07/2012, bem como débitos e pontuações de multas, valores decorrentes de acidente de trânsito e os assumidos para com a Financeira.

Assim sendo, juridicamente impossível acatar o pedido feito pelo autor de compelir a ré a transferir o veículo e financiamento para seu nome, haja vista tal providência depender de terceiro (Financeira), além de não possuir previsão contratual.

Já a simples devolução do veículo acarretaria um locupetamento ilícito por parte do autor, que ficaria não só com o bem, mas com todas as parcelas de financiamento já quitadas pela ré.

Quanto a determinar que as prestações do financiamento em questão sejam pagas em dia, seria medida inócua dependendo da situação econômica da ré, fato que poderia perdurar, bem como a negatização do nome do autor no cadastro de inadimplentes.

É bom lembrar que cabe aos vendedores o cuidado redobrado na venda a terceiros. Não ocorrendo referido cuidado, possível sim a indenização por danos morais ao vendedor quando verificada a inadimplência de débitos em seu nome. Noutro giro, para caracterização do dano moral, no entanto, se faz necessária a **comprovação da ocorrência do dano**, o dolo ou culpa do agente e o nexo causal, **não sendo suficiente o contexto fático apresentado nos autos**. Ausente a ocorrência do dano, ônus este que cabe ao autor da ação, inviável deferir-se a reparação. Portanto, afastado o dano moral.

Como medida lúdima de justiça, é necessário que as partes contratantes retornem ao "status quo", com a rescisão do contrato e a devolução das parcelas já pagas pela ré, descontando-se eventual desvalorização do bem. Tais pedidos não foram feitos no



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

presente feito. Sendo assim:

PROCESSO CIVIL E CIVIL. AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL CUMULADA COM REINTEGRAÇÃO DE POSSE E DEVOLUÇÃO DE PARCELAS PAGAS. CONTRATO DE CESSÃO DE DIREITOS DE VEÍCULO AUTOMOTOR FINANCIADO. DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS POR PARTE DO RÉU. RETORNO DAS PARTES AO STATUS QUO ANTE. PERDAS E DANOS. DESVALORIZAÇÃO DO AUTOMÓVEL. DEVER DE INDENIZAR CARACTERIZADO. RECURSO PROVIDO. Rescindido o compromisso de compra e venda, impõe-se o retorno das partes ao status quo ante, com a retomada do automóvel pelo promitente vendedor e a devolução dos valores pagos pelo promitente comprador. Nos termos do artigo 475 do Código Civil, "a parte lesada pelo inadimplemento pode pedir a resolução do contrato, se não preferir exigir-lhe o cumprimento, cabendo, em qualquer dos casos, indenização por perdas e danos". Assim, inadimplido o contrato de compra e venda de veículo pelo comprador, impõe-se-lhe o pagamento de indenização por perdas e danos correspondentes à fruição do bem. MEDIDA CAUTELAR INCIDENTAL. SEQUESTRO DO BEM. PREJUDICIALIDADE EM RAZÃO DA REINTEGRAÇÃO DE POSSE. Julgada a ação principal, o processo cautelar, acessório, perde seu objeto.

Diante do exposto, rejeito os pedidos, resolvendo o mérito, nos termos do artigo 269, I, do Código de Processo Civil. Condeno o autor no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, esses fixados em R\$ 1.000,00, ante a inexistência de complexidade, com atualização monetária e juros de mora a contar da publicação da presente. P.R.I.C. São Carlos, 29 de abril de 2015.

**Juiz Alex Ricardo dos Santos Tavares**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**4ª VARA CÍVEL**

**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**